



PÁTIOS: ESPAÇOS DE INTROVERSÃO E CAPTURA DA PAISAGEM. ARQUITETURA E PAISAGEM CULTURAL

DIAS, FABIANO VIEIRA (1); CAMPOS, MARTHA MACHADO (2)

1. Faculdades Integradas de Aracruz. Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Rua Euzira Vivacqua, 140/502, CEP29090-350, Vitória-ES

fabiano@urbearquitetonica.com.br

2. Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo.
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Av. Fernando Ferrari 514 - UFES – Centro de Artes - CEP 29075-910, Vitória-ES

marthamcampos@hotmail.com

RESUMO

Este artigo aborda o pátio como espaço arquitetônico articulador das esferas da vida pública e privada de determinados grupos sociais, associado às relações sócio espaciais de ordem temporal e espacial distintas, sendo um espaço marcadamente voltado para o interior da edificação. A introversão do seu espaço cria forte simbolismo com os primórdios das residências ocidentais, onde o pátio era o contato direto com a natureza, suas intempéries e representações deificadas. A natureza, outrora o lugar dos deuses e mistérios, tem no pátio um dos modos de se transformar em paisagem, por meio de seu emolduramento pela contemplação do olhar estético do homem, a exemplo do pátio-jardim. Busca-se elucidar seu significado funcional e simbólico, associado a seu papel de espaço sagrado, de poder e controle social. Aborda-se o pátio para além do edifício, como parte constituinte de determinada paisagem urbana, que por meio de sua tipologia arquitetônica pode ser relacionado ao estudo da morfologia urbana. Considera-se que ambas – tipologia e morfologia - agregam elementos para configuração de uma paisagem cultural, desde que articuladas aos elementos naturais e aspectos material e imaterial do patrimônio cultural de determinado sítio. As urgências da cidade, da paisagem e da consolidação do conceito de paisagem cultural são questões de conclusão do trabalho.

Palavras-chave: Pátio, paisagem, tipologia arquitetônica, morfologia urbana, cidade.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história das civilizações, nos termos de Spalt (2004), a presença dos pátios fundamenta a distribuição dos espaços interiores das edificações privadas, constituindo uma das bases da formação familiar e posteriormente da organização dos primeiros aglomerados urbanos (SPALT *in* BLASER, 2004). Na definição do autor, o pátio é o espaço delimitado por paredes ou “parcialmente” aberto, que, dentro de sua importância histórica na construção do habitar humano (origem tipológica) se caracteriza como um “domínio figurado” (origem arquetípica), onde o homem, aos moldes de sua vida pré-histórica das cavernas, tinha a partir de seu espaço protegido, o domínio visual de seu entorno, caracterizado como natureza selvagem (SPALT *in* BLASER, 2004).

Reis-Alves (2011) descreve ao menos cinco variáveis que influenciaram na construção espacial das funções e significados dos pátios. Inicialmente remete ao fator psicológico do edifício “introvertido”, capaz de gerar privacidade e segurança aos afazeres realizados ao ar livre. Menciona em seguida, em escala ampliada, o fator econômico derivado do modelo de organização espacial de certas cidades e comunidades antigas, que por agregarem suas construções em formato contínuo, nos moldes de um “anel único”, configuravam um pátio ou espaço central descoberto, permitindo reduzir custos de defesa. Prossegue relacionando o edifício e seu entorno, com destaque para o fator climático, ao mencionar o potencial do pátio na criação de microclimas diferenciados, isso devido à proteção recíproca entre edificações agregadas ao redor de um pátio, reduzindo áreas expostas às intempéries. O autor menciona ainda o fator religioso inscrito no contexto cristão, devido à rememoração da imagem do homem no “paraíso terrestre”, e por fim menciona o fator cultural, na medida em que cada povo usufruiu, e, sobretudo, interpretou seus pátios conforme suas tradições e singularidades (REIS-ALVES, 2011).

A despeito da distinção acima por fatores de influência, que certamente permite historicizar a construção das funções e significados do pátio, este artigo se retém na ideia contida no âmbito da variável cultural. Os referentes da cultura associados à questão da paisagem permitem reconhecer nas dualidades do espaço pátio - aberto e fechado, público e privado, edifício e cidade – modos do homem se organizar espacialmente, que pressupõem o abandono da natureza e sua transfiguração em paisagem.

Para SPALT (*in* BLASER, 2004), o homem “necessita de paredes, valas e cercados para imaginar-se em uma existência não ameaçada”. Além de ser historicamente um espaço de organização espacial residencial, é sabido que o pátio constitui elemento de forte simbolismo nas tipologias construtivas institucionais dos palácios, templos, espaços educacionais, hospitalares, militares, prisionais, com formas, desenhos, tamanhos e usos distintos. Cabe mencionar que dentre essa diversificação de tipologia construtiva, os pátios possuem ora caráter mais público ora mais privado, devido sua necessidade de uso e significado expresso por ele e/ou pelo espaço que representa.

Para Capitel (2005), o pátio assume tanto sua função como tipo, enquanto sistema de composição e organização espacial do habitat humano, tanto como arquetipo “sistemático e versátil”, ao remeter significados e representações distintas, que se adaptam às variadas características formais de uso, dimensões e estilos arquitetônicos. Este trabalho considera o tipo na concepção de Argan (*in* NESBITT, 2006), para o qual, seguindo Quatremerè de Quincy, o tipo é a reutilização ou apropriação da ideia ou essência ao invés de uma simples cópia do elemento ou espaço arquitetônico, que mesmo sendo reutilizada outras vezes se difere do modelo por fugir de esquemas pré-definidos. Quanto aos arquetipos, são entendidos aqui, segundo Jung (2000) como conteúdos do inconsciente coletivo, formados por “tipos arcaicos – ou melhor – primordiais, isto é, de imagens universais que existiram desde os tempos remotos”.

Busca-se com este estudo elucidar os significados do pátio, por um lado de ordem funcional, devido seu papel de organização do espaço interno da edificação, e por outro, simbólico, em virtude de seu significado estético, sagrado, de poder e controle social e demais simbolismos associados. Para tanto, este trabalho se pauta em leituras históricas do pátio, por meio de autores que trabalham conceitos de espaço e paisagem, de forma direta ou transversalmente. Aborda-se o pátio para além do edifício, como parte constituinte de determinada paisagem urbana, que por meio de sua tipologia arquitetônica pode ser relacionado ao estudo da morfologia urbana. Considera-se que ambas – tipologia e morfologia - agregam elementos para configuração de uma paisagem cultural, desde que articuladas aos elementos naturais e aspectos material e imaterial do patrimônio cultural de determinado sítio e escala.

Metodologicamente o texto se desenvolve analisando as relações públicas e privadas do espaço pátio, trabalhando a hipótese deste como espaço da introversão, do recolhimento e introspecção, tendo como uma de suas funções o recorte da natureza, que em determinado período histórico passa a ser reconhecida como paisagem.

2. UM LUGAR ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Para Arendt (2007), a distinção entre as esferas do público e do privado existe a partir da constatação de que o homem possui ambientes diferenciados e apropriados para cada uma de suas atividades e, que essas atividades geram “ações” específicas que distinguem e caracterizam sua própria existência - sua “vita activa” (2007) – em sociedade.

Conforme afirma Spalt (2004), os pátios, em seus primeiros usos, estão ligados à própria história do habitar humano, na forma como o homem ocupou a natureza, delimitando-a, cercando-a para sua proteção com as bênçãos dos deuses. Na Grécia Antiga, este ato de ocupar o lugar era mais do que a casa do homem, era a casa de sua família por gerações e dos seus espíritos protetores do lar. Ainda nos termos do autor, a consagração dos limites era um ato sagrado devido à proteção dos deuses, tendo no fogo o seu centro, por onde gira tudo ao seu redor (SPALT *in* BLASER, 2004). Segundo Fustel de Coulanges (2004), o fogo sagrado posto em seu altar representava a presença dos espíritos dos antepassados da família - denominados deuses Lares, Manes, Penates, Heróis -, todos cultuados e simbolizados pelo fogo constantemente aceso. Para Fustel de Coulanges (2004),

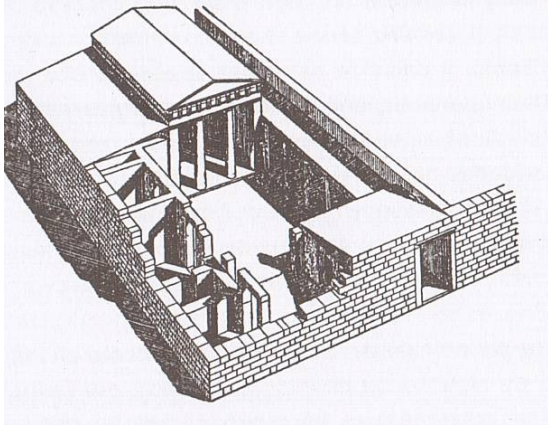
A casa ficava sempre situada no interior do recinto sagrado. Entre os gregos, o quadrado formado por este recinto era dividido em dois: na primeira parte ficava o pátio, e a casa ocupava a segunda. O fogo sagrado, colocado no centro do recinto total, encontrava-se, assim, ao fundo do pátio e perto da entrada da casa. Em Roma a disposição era diferente, embora o princípio era o mesmo. O deus Lar ainda ficava no centro do recinto, mas as edificações erguiam-se à sua volta, pelos quatro lados, de modo a encerrá-lo no centro de um pequeno pátio (FUSTEL DE COULANGES, 2004).

Para Spalt (2004), o pátio também era o “símbolo espacial de intimidade”, um “ninho de espaços, um dentro do outro”, como representante de uma parte do infinito, isolado, delimitado; um vazio que protege e é protegido, remetendo-se ao arquétipo da mãe (SPALT *in* BLASER, 2004). Ou ainda, como menciona Reis- Alves (2011) que protege seus filhos na forma de um abraço. Sob outro prisma, segundo Sennett (2008), o espaço em volta do pátio nas casas gregas mais abastadas era para a circulação protegida das mulheres e a forma de controle social sobre as mesmas.

O interior da casa, a vida privada se diferenciava pelo que devia ou não ser ocultado (ARENDDT, 2007). Neste ponto, mulheres e trabalhadores escravos tinham a mesma “categoria”: eles deviam ser mantidos fora do alcance dos olhares de estranhos a casa. Em uma explicação de Arendt (2007), o *atrium* (FIGURAS 1 e 2) era um desses espaços no

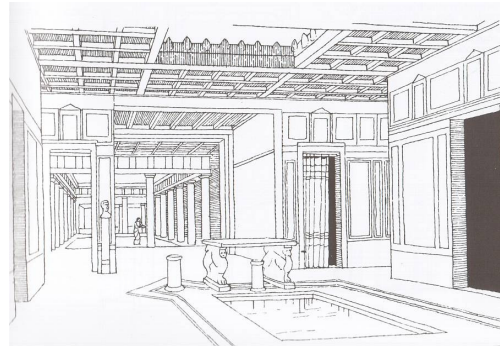
interior da casa que simbolizava e conotava “sombra e trevas”, ou seja, um lugar para se esconder, se proteger da superficialidade da publicidade da vida pública.

Figura 1 – Reconstrução da residência XXXIII da cidade de Priene (final do séc. IV a. C.), na Turquia, com seu pátio central.



Fonte: BLASER, 2004

Figura 2 – Residência em Pompéia (séc. I d. C.), com átrio abrindo-se ao pátio central.



Fonte: BLASER, 2004

Além de um arquétipo, mas principalmente como um tipo, o pátio com parte que organiza o espaço da casa se desenvolve pela história da humanidade, se modificando pela cultura e costumes locais, pelo clima, pela vegetação, pela topografia (SPALT *in* BLASER, 2004), mantendo sempre esta relação direta com o espaço exterior, seja pela sua abertura ao céu, seja por entradas, pórticos e corredores que o ligam com a rua, o espaço público ou simplesmente com o outro lado do muro. Segundo Spalt (*in* BLASER, 2004), a tipologia da casa-pátio já possui exemplares na China e na Índia desde o ano 3.000 a. C., e na Grécia exemplos são encontrados em *Cnosos* no ano de 2.000 a. C..

Das primitivas casas na Grécia às suas primeiras aglomerações urbanas, o *atrium* aberto ao céu ganhou tanta importância como o próprio modo de morar. Na cidade, deixa de ser somente o ato de se proteger do exterior, passando também como lugar para receber os convidados. Esta nova questão da sociabilidade da casa, de ser, além do lugar da moradia protegida ser também o lugar dos encontros sociais e até comerciais dos donos das casas, tem no átrio o lugar ideal, amplo, arejado, iluminado, por onde toda a vida familiar gira e se compartimenta. As colunas que sustentavam seu telhado ou o segundo pavimento da casa, ganham elementos decorativos e disposições geométricas que buscam a regularização e ordenação do espaço em volta do átrio. O pátio aberto aos céus conformado pelo *atrium* é o elemento central da moradia, mesmo que sua posição geométrica não indique isso.

O surgimento das primeiras cidades oferece ao homem outra possibilidade de ação, novas atividades agora feitas em um espaço comum, público no termo da igualdade das ações humanas perante este novo espaço. O espaço público é o espaço da interação entre os homens, é o espaço onde as ações comuns estão acima das peculiaridades da vida privada as quais possuem o exato limite de cada casa da mesma forma que as ações comuns, exceto a guerra ou o comércio com outras cidades, estão limitadas nos próprios limites de sua cidade.

Nesta transição entre as construções isoladas, com seu recinto cercado e sagrado (FUSTEL DE COULANGES, 2004) para as primeiras cidades onde as “moradias ficaram mais próximas” segundo Fustel de Coulanges (2004), as suas características são mantidas, principalmente no que tange o conceito sagrado de seus limites, ou “cercaduras” que definem tanto as relações sociais e religiosas entre os familiares como o seu domínio sobre

o solo, a sua propriedade sobre aquele lugar. Nestas aglomerações as moradias mantêm seus limites sagrados entre si, mas em “menores proporções”, como explica Fustel de Coulanges (2004), onde esta cercadura,

(...) é muitas vezes reduzida a um pequeno muro, um fosso, um sulco ou uma simples faixa de terra de alguns pés de largura. Em todo o caso, duas casas não devem se tocar... A mesma parede não pode ser comum a duas casas, pois assim desapareceria o recinto sagrado dos deuses domésticos. Em Roma, a lei fixa em dois pés e meio a largura do espaço livre que deve separar sempre duas casas, e esse espaço é consagrado ao “deus da cerca” (FUSTEL DE COULANGES, 2004).

Ser proprietário de seus limites na cidade grega era, em última instância ser um cidadão político, ou ainda, ser um ser humano (ARENDDT, 2007). O cidadão se representava por sua posse privativa na cidade, por seu lote e sua casa inscrita em seus limites sagrados. Sem ela, sem “ser o dono de sua casa, o homem não podia participar dos negócios do mundo porque não tinha nele lugar algum que lhe pertencesse” (ARENDDT, 2007). A representação de cada esfera da cidade era feita por suas representadas: a privada tinha na(s) família(s) com seus deuses Lares a construção do espaço do habitar e os limites sagrados pelos muros que conformavam as casas; a pública tinha na política, na vida e nas decisões em comum dos cidadãos – o conjunto de *polítes* que formavam a *polis* - a construção do espaço público. Ambas, construíam a cidade que segundo Fustel de Coulanges (2004), era esta última a “associação religiosa e política das famílias e das tribos”, diferente da urbe, que era “o local de reunião, o domicílio e, sobretudo, o santuário dessa associação”.

A esfera privada se completava e se diferenciava na esfera pública ao mesmo tempo. Dentro dos limites sagrados do lar, todos os costumes e ritos eram próprios de cada família; era o lugar das “esferas do nascimento e da morte” (ARENDDT, 2007), impróprios aos estranhos à família. Mas, eram estes limites do privado fundamentais para os limites do espaço público. A aparência externa desta esfera privada, através dos seus limites sagrados representados por seus muros eram importantes para a própria constituição da cidade e seus espaços.

Na Grécia as cidades eram formadas por aglomerações de famílias que construíam, a partir de suas moradias, tanto os seus espaços privados como o espaço público, no qual mantinham suas relações sociais, políticas, comerciais, culturais e religiosas em grupo. O pátio neste mundo da antiguidade, onde as diferenças entre as esferas públicas e privadas eram bem marcadas, era exatamente este lugar de transição, que ao mesmo tempo protegia como acolhia as pessoas a sua volta. Era o espaço de reclusão da família para os seus ritos privados como para sua sociabilidade. Ao mesmo tempo, era o espaço que socializava a esfera privada, “oculta e sem significado público” (ARENDDT, 2007).

A influência dos pátios das moradias gregas e posteriormente romanas, principalmente na conformação espacial advinda dos exemplos de átrios, foi repassada às construções de maior porte e importância da cidade (ou, fora dela). O tipo pátio como átrio com seus corredores cobertos contornando com colunatas um espaço aberto ao tempo foi transposto aos claustros católicos de mosteiros e catedrais medievais (FIGURA 3), como lugares reservados exclusivamente aos párocos e monges. Aqui, diferente das casas-pátios, estes pátios são de tamanhos muito maiores e assumem nos mosteiros barrocos, sua forma “perfeita”, segundo Spalt (*in* BLASER, 2004), com o clássico formato do pátio fechado pelos quatro lados e com reflexos posteriores nas construções civis da época.

Figura 3 – Pátio que forma um dos claustros da Catedral de São Tiago de Compostela, Espanha (entre 1075 a 1122)



Fonte: flickr. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/30946230@N06/3423135303/>>. Acessado em: 24 ago. 2012

Neste tipo de pátio de conteúdo religioso, seu uso se diferencia do *atrium* greco-romano por não ser mais um espaço de ligação entre o interior da casa e o exterior, da vida ou esfera privada com a vida ou esfera pública. Quase sempre como um espaço anexado ao prédio principal da catedral ou monastério, o claustro e seu pátio são espaços totalmente introvertidos, voltados para dentro como sinônimo de reclusão, silêncio e concentração dos trabalhos diários dos religiosos, de acordo com as regras de cada ordem religiosa.

Segundo Capitel (2005), tendo os mesmos antecedentes do átrio, os claustros eram espaços reservados a circulação interna dos clérigos, sendo que o acesso a este era feito, em geral, pelo prédio principal: “não se entrava na catedral por ele [claustro], senão que se entrava a ele pela catedral” (CAPITEL, 2005). Aqui, se fazia o jogo entre espaços mais públicos ou coletivos e os espaços estritamente privativos, quase sem contato com o exterior mundano. Enquanto que nos prédios das igrejas e catedrais o seu espaço interno era de uso mais “público”, onde nos horários dos cultos a população se reunia em coletividade, o claustro era restrito aos clérigos como forma de se isolarem do mundo externo.

O pátio do claustro não se relacionava diretamente com exterior, aos moldes dos átrios. O céu era o contato direto com o lado externo dentro de sua própria conotação católica de fé, onde o céu era o fim desejado, respeitado e adorado como a morada de Deus, seus anjos e santos. A terra (o pátio) era o lugar de passagem, o lugar de encontro e reflexão direta com os “céus”.

Nos palácios e castelos, os pátios se transfiguram tanto como um meio de defesa e organização das tropas e armamentos, como também a representação de um mundo perfeito, “um particular centro do mundo” (CAPITEL, 2005). Muitos destes palácios ou castelos, isolados como meio de proteção ou dentro da malha urbana, sinônimos do poder secular sobre a terra (o feudo enquanto propriedade e a cidade, como um principado ou cidade-estado moderna), tinham em seus jardins a referência ao Éden ou ao Paraíso na Terra, e seu isolamento da vida da cidade ou da plebe, incentiva ainda mais esta conotação

como forma de fugir e se abrigar “espiritualmente” em um espaço cercado como uma fortificação defensiva. Reis-Alves (2011-parte 2) explica esta alegoria do jardim como Éden a partir de interpretação bíblica deste espaço:

A Bíblia esclarece que Deus põe Adão no jardim e que, através do jardim, Deus o servirá e o guardará. A função primeira do jardim seria então possuir elementos para a sobrevivência e proteção da criatura de Deus. O jardim do Éden em uma escala macro é o universo, o Caos ordenado por Deus, tornando-se o Cosmos, e em uma escala micro, a morada primeira do homem, o seu abrigo, sua casa.

A arquitetura do pátio, em suas mais variadas formas e significados, teve também sua ressonância nos espaços urbanos, na medida em que, enquanto espaço fechado, encerrado entre paredes ou partes da mesma ou de outras edificações, limitava um espaço que poderia ser de uso público, mas íntimo o suficiente para dar-lhe a conotação de proteção, aconchego e reunião.

Na Europa Renascentista, de acordo com Carlson (apud LIMA e CARDOSO, 2010), a *cortile* (FIGURA 4) era o espaço público, uma praça, que fazia às vezes de pátio contíguo ao palácio e à praça principal, ligando ambos os lugares da cidade e servindo como espaço para apresentações teatrais públicas. Espaço público e privado, mas restrito, pois mesmo que as apresentações teatrais fossem um entretenimento aberto ao público (entendendo-o por “plebe”) era formado por pré-selecionados que, segundo Lima e Cardoso (2010), já conotava a separação e seleção que os teatros viriam a ter como espaço específico para tal fim, em substituição à *cortile*.

Figura 4 – Cortile do Palazzo di Brera, Milão.



Fonte: Wikipedia. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Milano_brera_cortile.jpg>. Acessado em: 24 set. 2012

Para Alberti (2011), em seu *Da Arte Edificatória*, seguindo os “filósofos” a cidade deveria ser tratada em seus espaços como uma casa, em uma interrelação harmônica entre as partes desta e o todo, na busca da “utilidade”, “dignidade” e “aprazibilidade”. Alberti declara que:

Ora se a cidade é, na opinião dos filósofos, uma casa em ponto grande e, inversamente, a casa é uma cidade em ponto pequeno, porque não se há de dizer que as partes mais pequenas (sic) das casas são habitações em ponto pequeno? Como, por exemplo, o átrio, o pátio, a sala de jantar, o pórtico, etc.. E em cada uma

destas partes haverá algum aspecto descuidado por incúria ou negligência que não prejudique a dignidade e o valor da obra? Deve-se, pois, investir muito cuidado e diligência na consideração destes aspectos que dizem respeito à obra no seu conjunto e devem-se envidar todos os esforços para que mesmo as partes mais pequenas (*sic*) pareçam configuradas com engenho e arte (ALBERTI, 2011).

Para o homem renascentista que era Alberti, as artes que exprimiam a essência do homem tinham o mesmo fim: uma dignidade expressa na beleza das harmonias. Cada parte deveria estar em seu devido lugar, com seu devido uso e significado, formando um todo harmônico e belo, “assim, a parte do edifício que virá a ser a mais nobre não será relegada lá para trás, nem a parte mais pública será colocada em lugar escondido, nem a parte privada em lugar devassado” (ALBERTI, 2011). O edifício como a cidade, seus cômodos como os espaços da cidade, deviam estar em acordo entre si e com toda a obra/urbano. Neste sentido, o pátio assume-se como um microcosmo das atividades urbanas. Em seu espaço intramuros, as atividades sociais se assemelham e se completam no espaço público, mas, de forma íntima, solene e privada como uma pequena célula de todo o tecido urbano.

Arendt (2007) discorre sobre a organização social do homem, a sua vida em sociedade e como esta afetou ou mudou as relações espaciais da cidade. Nos seus termos, a *vita activa* é uma vida forjada na ação dos homens perante e na presença de outros homens. Esta ação não tem haver diretamente como o trabalho, o “labor”, mas com as atividades humanas, com o ato de agir ao passo de dar ao homem seu sentido de existência. Arendt (2007) afirma, portanto, que este ato de agir em grupo é a marca da sociabilidade do homem, do seu modo de viver em sociedade. Prosseguindo com autora, a cidade-estado é o espaço onde o homem tem a possibilidade de possuir “duas ordens de existências”: a primeira, baseada na política no que é comum aos outros homens e, segundo, a ação, o que lhe é próprio e feito na presença de outros. Mas é somente na esfera pública da cidade-estado que o homem conseguiu unir ação e discurso (ou política) e criar a nova esfera dos negócios (ARENDR, 2007). Ainda segundo Arendt (2007), os negócios geraram uma nova forma de ascensão social pautada na riqueza, no acúmulo de riquezas que difere do homem grego político que tinha na sua sagrada trindade – família, a religião e a propriedade – a sua forma de participar da esfera pública da cidade. Isto teve fortes impactos na composição dos espaços da cidade. Segundo Arendt (2007),

A passagem da sociedade – a ascensão da administração caseira, de suas atividades, seus problemas e recurso organizacionais – do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública não apenas diluiu a antiga divisão entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torná-los quase irreconhecíveis (ARENDR, 2007).

3. A PAISAGEM CAPTURADA: O LÁ FORA NO AQUI E AGORA

Grosso modo, a natureza, até então a origem do homem pré-histórico e sua casa - aonde dormia, comia e procriava - foi por este dominada, especializada, arada e cultivada para se tornar mais eficiente e produtiva. A sua existência além de funcional, também se torna sagrada estando sua parte selvagem, fora dos “domínios” do homem como o lugar dos espíritos e das deidades. Segundo Fustel de Coulanges (2004), na religião antiga dos primeiros gregos o culto aos espíritos dos antepassados, que protegiam a família, seus agregados e a casa, tinha uma relação direta com a “alma humana”, com o sentido de ser, de pertencer a um núcleo familiar, de uma organização primordial de existência no mundo. Ao mesmo tempo, ao divinizar seus ancestrais, o homem atribuía a si mesmo, à sua condição humana como uma existência sagrada. O surgimento da segunda religião, o culto aos novos deuses do Olimpo, ligados às manifestações físicas da natureza, ou de algo que “o cerca e esmaga”, dá a nova medida do pertencer a algo maior, que o cerca e desafia a própria segurança e o sustento de sua família.

Este contato direto com a natureza pelo homem das primeiras Eras foi fundamental para dar-lhe a exata sensação do sagrado perante esta e seus fenômenos, os quais eram explicados por suas representações deificadas, em o que Fustel de Coulanges (2004) chamou de uma “espécie de república muito confusa”, na medida em que, mesmo que a natureza e seus fenômenos fossem tratados como deuses –“o solo, a árvore, a nuvem, a água do rio, o sol”, tinham na própria figura do homem e de sua vida “confusa” a forma física de seus deuses. No entanto, a natureza para este homem era uma mistura de encanto e medo (FUSTEL DE COULANGES, 2004):

O seu olhar fascinava-se com tanta beleza ou deslumbrava-se diante de tamanha grandeza. Alegrava-se com a luz, temia a noite e sentia-se reconfortado ao ver retornar “a santa claridade dos céus”. A sua vida estava nas mãos da natureza; ele ansiava pela nuvem benfazeja da qual dependia a sua colheita; temia a tempestade, capaz de destruir-lhe o trabalho e as esperanças de ano inteiro. Percebia a cada instante a própria fraqueza e a força incomparável que o rodeava. Experimentava constantemente um misto de veneração, amor e medo perante o poder da natureza (FUSTEL DE COULANGES, 2004).

Para Eliade (1992) a diferença entre um espaço sagrado e o profano reside primeiramente na própria condição espiritual humana que atribui (e constrói) aos seus espaços a condição ou não da sacralidade. Nos termos do autor, o atributo sagrado de um espaço caracteriza-o não pela sua geometria ou forma, mas pelo contrário, é este mesmo atributo que gera as formas arquetípicas baseadas na própria concepção do homem do mundo sagrado, da moradia dos deuses, estando esta moradia representada como o lugar central de tudo o que é sagrado. Eliade (1992) afirma que o centro é a forma do sagrado no mundo, é a forma do homem se orientar no mundo, é a representação em um lugar específico na terra (ou na Terra) aonde conflui e de onde emana tudo o que é sagrado para o homem. Para o mesmo autor, no espaço profano, fora de tudo o que é sagrado, o lá fora é caótico, fragmentado e sem significado: “há apenas fragmentos de um universo fragmentado, massa amorfa de uma infinidade de “lugares” mais ou menos neutros onde o homem se move pelas obrigações de toda a existência integrada numa sociedade industrial” (ELIADE, 1992).

Este lugar sagrado caracteriza-se como sendo um “limiar” (ELIADE, 1992), uma passagem entre os mundos espirituais (entre os céus e os mundos inferiores, por exemplo) e a Terra. Segundo Eliade (1992), o “limiar concretiza tanto a delimitação entre o “fora” e o “dentro”, como a possibilidade de passagem de uma zona a outra (do profano ao sagrado)”. Mas, este contato com o sagrado somente é possível a partir de uma “abertura” (física ou espiritual) aos céus. O espaço delimitado marca o lugar sagrado: o centro como o eixo entre os mundos é o centro físico deste lugar, de um objeto místico (real ou espiritual) ou, o próprio homem. A relação originária “corpo-casa-cosmos” (ELIADE, 1992), só é possível no lugar sagrado, no centro do mundo: “o homem deseja situar-se num “centro”, lá onde existe a possibilidade de comunicação com os deuses. Sua habitação é um microcosmos, e também o seu corpo”.

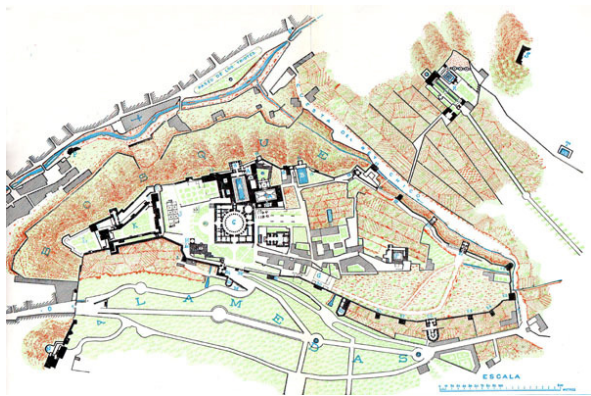
O homem que vive fechado em sua religiosidade sem o contato direto com os céus (ou o “Cosmos”), não tem na “Natureza” o que, antes de tudo, é a representação do que é mais sagrado. Como explica Eliade (1992),

Para o homem religioso, a Natureza nunca é exclusivamente “natural”. A experiência de uma natureza dessacralizada é uma descoberta recente, acessível apenas a uma minoria das sociedades modernas, sobretudo aos homens de ciência. Para o resto das pessoas, a Natureza apresenta ainda um “encanto”, um “mistério”, uma “majestade”, onde se podem decifrar os traços dos antigos valores religiosos. Não há homem moderno, seja qual for o grau de sua irreligiosidade, que não seja sensível aos “encantos” da Natureza (ELIADE, 1992).

Simmel (2008) apresenta uma definitiva diferenciação entre natureza e paisagem. A natureza deve ser entendida como a “unidade de um todo”, indivisível no tempo e no

espaço, sem fronteiras e limites, sendo formada tanto por sua parte selvagem e natural, como “incluindo-se eventualmente as obras do homem que a ela se integram”. A passagem do homem pela natureza a modifica, transformando-a e transmutando-a aos seus interesses (FIGURAS 5, 6 e 7).

Figura 5 – Planta do Palácio de Alhambra, Granada (entre os séc.s 13 e 14).



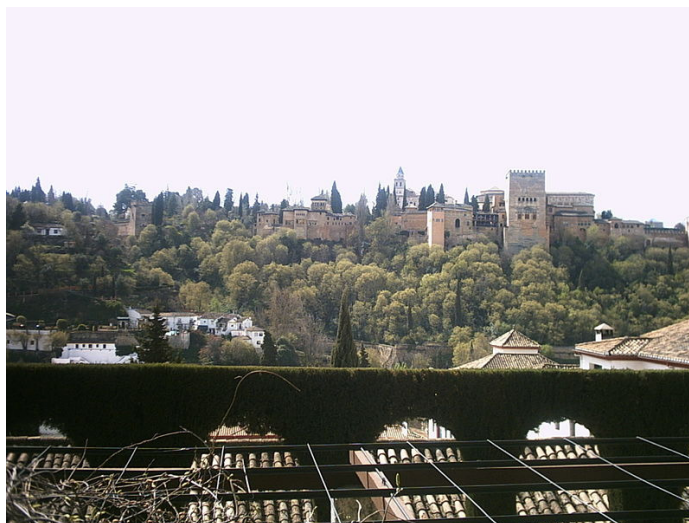
Fonte: Urbipédia. Disponível em <http://www.urbipedia.org/index.php/Archivo:Alhambra.jpg>. Acessado em: 25 set. 2012

Figura 6 – Um dos pátios do Palácio de Alhambra e a relação da paisagem de fundo com seus jardins internos.



Fonte: TLC. Disponível em: <http://tlc.howstuffworks.com>. Acessado em: 25 de ago. 2012

Figura 7 – Vista externa do Palácio.



Fonte: Urbipédia. Disponível em <http://www.urbipedia.org/index.php/Archivo:Alhambra.jpg>. Acessado em: 25 set. 2012

As edificações humanas mesmo “eventualmente” fazendo parte da natureza como propõe Simmel, não são o “natural”, mas a interferência artificial ou humana sobre a terra; suas paredes separam o exterior do interior, a natureza, do homem. A natureza é o lá, o outro lado do muro. Já a paisagem, é o delimitado, o enquadrado sob o olhar momentâneo ou duradouro. É a natureza fragmentada pelo olhar estetizado do homem. Segundo Simmel (2008), a natureza,

(...) representada como paisagem, reivindica um ser-por-si eventualmente ótico, eventualmente estético, eventualmente atmosférico, em suma, uma singularidade, um caráter que a separa da unidade indivisível da natureza, onde cada parte não pode ser senão um lugar de passagem para as forças universais do ser-ali (SIMMEL, 2008).

A paisagem é o recorte da natureza, é o aqui e agora de um lá distante, ao longe que este mesmo recorte traz para o próximo. As edificações com todas as suas aberturas ao exterior, recortam esta natureza, ora selvagem, ora composta “eventualmente” por obras humanas. Emolduram o olhar e direcionam aos fragmentos da natureza, sendo modificada, resignificada por um olhar estético que não mais somente olha, mas contempla, apropria-se e absorve. Mas, segundo Simmel (2008), a paisagem somente existirá se ao ser retirada da natureza, seja transformada sem perder o seu contato e relação com esta última:

(...) para que nasça a paisagem é sem dúvida necessário que a pulsação da vida, na percepção e no sentimento, seja arrancada da homogeneidade da natureza, e que o produto especial assim criado, após ser transferido para um nível completamente novo, ainda se abra, por assim dizer, para a vida universal e acolha com perfeição, em seus limites, o ilimitado (SIMMEL, 2008).

Em síntese, o pátio é o espaço aberto ao tempo, às intempéries, ao contato com os céus, seus deuses, espíritos e deidades – a natureza física e a sagrada. Mas é o espaço fechado, encerrado e limitado entre quatro paredes que protege o homem do exterior selvagem, hostil, contra as feras e contra outros homens. É o espaço que marca junto com sua edificação (seja ela de moradia ou de outra tipologia) a presença do homem na terra. É ao mesmo tempo o espaço que se abre a natureza e que a recorta; é o espaço que agrega em si tanto a natureza como a paisagem. A natureza pode estar ao longe, recortada pelo pátio como paisagem, ou, transportada para dentro do pátio como um jardim, um fragmento, uma reminiscência da natureza, transmutada e transformada pelo homem. Segundo Reis-Alves (2011-parte 2),

O contato com a natureza poderia ser feito através das aberturas da edificação, tais como as portas e janelas, porém tais elementos a deixariam vulnerável. A concepção arquitetônica do pátio interno supre a carência de proteção sentida pelo homem; ele agora está seguro dentro do seu mundo, pode ‘fugir’, se ‘defender’ dos olhares curiosos, pode viver com os seus semelhantes e usufruir dos aspectos da natureza (REIS-ALVES, 2011).

E ainda completa explicando a relação arquetípica do pátio com a natureza e, com a imagem simbólica da mãe protetora:

A essência do pátio interno não é simplesmente o contato com a natureza, pois isso já ocorreria através das aberturas do edifício ou mesmo no seu exterior, mas um espaço seguro relacionando-se com a natureza. O pátio interno é a construção de um lugar protegido e relacional. Este conceito remete à imagem da mãe ao conter o seu filho no aconchego de seus braços, junto ao calor de seu corpo (REIS-ALVES, 2011:5-parte 2).

O pátio pode ser visto tanto como um elemento que participa da paisagem como um elemento de captura de fragmentos da natureza que, através dele e pelo olhar do homem podem receber atributos estéticos (FIGURA 8). Para Cullen (2006) e para o que interessa a este artigo, a qualificação dos componentes da paisagem urbana em relação a “aridez da cidade-esquema” podem ser construídos a partir de três elementos de leitura do espaço urbano: o primeiro, a partir do próprio movimento do andar, gerando pontos de vistas e imagens da cidade fragmentada em seus componentes; a segunda, a questão da localização, da relação espacial e simbólica do que está “aqui” e do que está “além” e a terceira, do conteúdo gerado deste espaço pelo andar e se localizar na cidade, ou, a relação entre o “isto” e o “aquilo”.

Figura 8 – Pátio interno de um conjunto de prédios em Bondi, Austrália (ano de 2005), projeto da Aspect Studios.

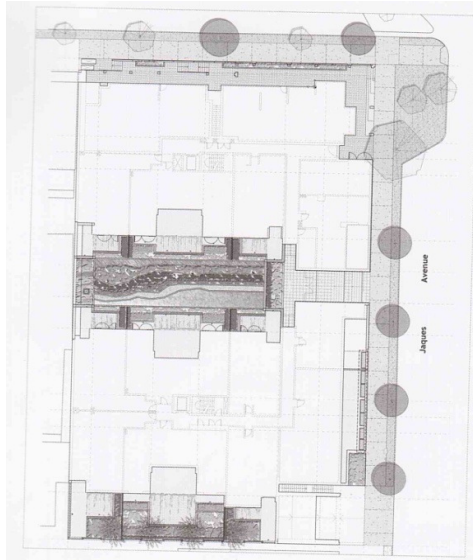


Fonte: LOFT, 2012.

Prosseguindo no âmbito urbano, pode-se afirmar que a cidade não é apreendida em seu todo, sobretudo a cidade que se espalha em seu território, se unindo espacialmente a outras em verdadeiras “cidades-territórios” ou cidades “pós-metrópole”, como denuncia Massimo Cacciari (2009); mas, a cidade ainda pode ser apreendida em seus fragmentos (mesmo que sejam remontados em fragmentos maiores em busca de um entendimento em escala maior da cidade) e isto somente é possível por meio do olhar, do andar pelo solo urbano capturando sua paisagem.

Sob este aspecto, considera-se o pátio como um elemento de tipologia singular que pode ao mesmo tempo, articular a base da formação da morfologia urbana de determinada localidade. O pátio não é construído para o olhar direto ou para as imagens da paisagem urbana criadas pelo movimento. Pelo contrário, sua existência é dada pela relação estática e até monolítica das paredes que o cercam.

Figura 9 – Planta do pátio interno de um complexo de escritórios em Boston, EUA, projeto de John Cunningham Architects.



Fonte: LOFT, 2012

Figura 10 – Imagem interna do pátio e seu jardim.



Fonte: LOFT, 2012

Na esfera da cidade, ele é um “enclave” na definição de Cullen (2006), um local onde “os passos ressoam e a luminosidade é atenuada, onde se fica apartado do burburinho da rua e se desfruta, simultaneamente, o exterior, de um ponto de observação bem situado e seguro” (FIGURAS 9 e 10), bem ao gosto de pátios mais urbanos formados por edificações de mesmo uso ou de uso diferenciado, conjuntos de prédios comerciais, institucionais, habitacionais, afastados do exterior, mas sem perder o contato com o mesmo. É também um “recinto” (CULLEN, 2006), dentro do conjunto de recintos que formam a cidade. É o que separa o barulho do exterior da tranquilidade do espaço interno:

Fora dele, o ruído e o ritmo apressado da comunicação impessoal, vaivém que não se sabe para onde vai e nem de onde vem: no interior, o sossego e a tranquilidade de sentir que o largo, a pequena praça, ou o pátio têm escala humana. O recinto é o objetivo da circulação, o local para onde o tráfego nos conduz. Sem ele, o tráfego tornar-se-ia absurdo (CULLEN, 2006).

Como tal, é caracterizado por ser um espaço delimitado que detém nosso olhar (CULLEN, 2006); da continuidade dos espaços que se sucedem da cidade, o recinto é uma quebra visual e cinética do espaço urbano ou, do espaço da edificação. É uma compartimentação do espaço (CULLEN, 2006), e no caso dos pátios, de um espaço exterior ou que se abre ao exterior. A delimitação do espaço localiza o homem naquele mesmo espaço - no “aqui” (CULLEN, 2006) remetendo-se àquele espaço sagrado aonde o homem se faz e cria o seu mundo, tendo o centro seu eixo de existência - como no espaço circundante - no “além” (CULLEN, 2006), no que está do outro lado, seja logo após os muros-limites-limiar, ou seja, nos níveis espirituais. A paisagem descrita pelo espaço em recinto, delimitado e compartimentado é tanto do que está lá fora do que é interno ao espaço (FIGURA 11). O “além” é emoldurado pelo pátio e suas aberturas, o “aqui” é presente e está em volta deste espaço. Como explica Cullen (2006), esta diferenciação gera um sentimento de expectativa sobre o “além” que é “desconhecido, infinito, misterioso, ou está envolto em uma escuridão insondável”, já que o “aqui” é próximo, do lado, a poucos passos ou a uma mão de distância.

Figura 11 – Pátio interno de um conjunto habitacional na Dinamarca. Projeto do escritório SLA.



Fonte: LOFT, 2012

A concepção de pátios com jardins traduz exatamente este sentimento de proximidade, em seus níveis do contato físico e espiritual. O pátio como um microcosmos, como uma representação do mundo sagrado na Terra, tinha no jardim sua forma de transmutar a imagem do Éden, do Paraíso terrestre para um pequeno espaço da casa, do palácio ou do prédio religioso, criando assim um paraíso particular, um lugar de contemplação e da busca do homem por algo que foi perdido ou que somente seria alcançado com sua morte. Assim, o jardim delimitado tem no pátio a sua forma de expressão do lugar original da vida como o Éden bíblico, onde Adão, o primeiro homem vivia em contato direto com Deus e retirava de seu jardim tudo o que precisa para o seu sustento. O jardim era fonte da vida, o alimento, a água e a moradia: “o jardim do Éden em uma escala macro é o universo, o Caos ordenado por Deus, tornando-se o Cosmos, e em uma escala micro, a morada primeira do homem, o seu abrigo, a sua casa” (REIS-ALVES, 2011 – parte 2).

O jardim delimitado pelo pátio também é uma forma de trazer a natureza, antes restrita ao outro lado do muro, do outro lado da vida, selvagem e desconhecida para dentro da vida do homem, para o seu mundo, sacralizando-a com seu espaço. Aqui, ela é dominada, conhecida, moldada com o teor espiritual, mas antes de tudo, com o olhar estético, mesmo que esta estética esteja voltada para a representação do jardim como o Éden perdido. Em homenagem a Deus (ou aos deuses e espíritos), o jardim é literalmente construído sob uma

ordem de composição que deve simular o Cosmos, como espaço ordenado, organizado e controlado.

O homem como Deus, como deus de sua casa ou de seu lugar sagrado, tem em seu Éden particular, tanto a imagem de si como o primeiro homem que reencontra seu lugar de origem, no meio da natureza que tudo lhe provêm, como o Deus criador do Paraíso na Terra. Os elementos naturais da natureza – a vegetação, a água, o fogo, a terra, as montanhas, são transpostos ao jardim com outras cargas simbólicas do que a sua simples existência natural.

Para Foucault (1984), o jardim é um dos espaços da “heterotopia”, ou seja, utopias realizadas baseadas em espaços reais, criados “na própria fundação da sociedade” (FOUCAULT, 1984) e presentes em todas as culturas. O jardim como “heterotopia” é um espaço síntese de outros espaços, ou melhor, “sítios” ou lugares pela carga de significados que carregam em si. Para Foucault (1984), este tipo de espaço é como um espelho, em sua analogia entre o que é real e virtual, e entre o que é utópico e existente:

O espelho é, afinal de contas, uma utopia, uma vez que é um lugar sem lugar algum. No espelho, vejo-me ali onde não estou, num espaço irreal, virtual, que está aberto do lado de lá da superfície; estou além, ali onde não estou... Mas é também uma heterotopia, uma vez que o espelho existe na realidade, e exerce um tipo de contra-ação à posição que eu ocupo. Do sítio em que me encontro no espelho apercebo-me da ausência no sítio onde estou... O espelho (...) transforma este lugar, o que ocupo no momento em que me vejo no espelho, num espaço a um só tempo absolutamente real, associado a todo o espaço que o circunda, e absolutamente irreal, uma vez que para nos apercebemos desse espaço real, tem de se atravessar esse ponto virtual que está do lado de lá.

O jardim é, portanto, um espaço contraditório no fato de ser ao mesmo tempo uma utopia, um espaço idealizado, uma construção irreal advinda do imaginário estético ou religioso (ou estético-religioso) e real como heteropia, concreto, construído, uma natureza moldada e transformada em paisagem pelas mãos do homem: “o jardim é a menor parcela do mundo e é também a totalidade do mundo” (FOUCAULT, 1984) remetendo-o ao seu significado de lugar de representação do sagrado perdido, de um Paraíso agora recuperado.

As tipologias dos pátios e jardins misturam-se na história da construção da morfologia urbana, construindo ao mesmo tempo a paisagem, ora como lugar sagrado na natureza deificada, ora como símbolo do mundo ou, como uma pequena parcela desta natureza convertida em arranjos vegetais e elementos naturais, trazendo para próximo uma natureza que está distante ou que mesmo nem exista nas composições propostas no jardim.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contemporâneo, na medida em que o espaço urbano foi cada vez mais adensado, com verticalização da cidade em grande escala, o espaço e significados do pátio foram perdendo seu sentido primordial de intimidade e introversão em troca da cidade da luz e da extroversão permanente. Mas o pátio é ainda uma tipologia válida para as arquiteturas que buscam resguardo da privacidade e intimidade de seus usuários, com o seu entorno, seja ele natural, seja urbano ou, seja uma paisagem construída da natureza ou da cidade que o cerca. Pátios com jardins, pátios como áreas de expansão, pátios como áreas de lazer, prisionais, comerciais, de escolas, fábricas, quartéis militares, como espaços públicos permanecem como desafio ao campo da arquitetura e do urbanismoⁱⁱ.

Entender o pátio como um tipo de espaço que transita entre o público e o privado ao longo da história e, um espaço edificado que constrói paisagens é entender uma parte da cidade nas suas origens, de uma época em que o homem, ao mesmo tempo em que se viu impelido a se reunir em grupo, em viver em comunidade tendo atribuições comuns, encontrou no pátio seu lugar particular, seu mundo privado.

Por fim interessa como desdobramento empírico deste estudo prosseguir a abordagem do pátio para além do edifício, como parte constituinte de determinada paisagem urbana, que por meio de sua tipologia arquitetônica pode ser relacionado ao estudo da morfologia urbana. Para tanto, toma-se como objeto de caso para fins de análise empírica, duas edificações (FIGURAS 12 e 13), o Palácio Anchieta, em Vitória (ES) e a Igreja e Residência de Reis Magosⁱⁱⁱ, em Serra (ES), considerando que nestas duas construções de origem jesuítica, a tipologia e a morfologia agregam elementos para configuração de uma paisagem cultural específica, desde que articuladas aos elementos naturais e aspectos material e imaterial do patrimônio cultural de seus sítios, ambos remotos, porém distintos em evolução e ocupação urbana.

Figura 12 – Pátio interno do Palácio Anchieta, em Vitória (ES), com o destaque para o poço descoberto em escavações recentes na reforma do prédio.



Fonte: Terra Capixaba. Disponível em: <
<http://www.terracapixaba.com/2009/12/palacio-anchieta-vitoria.html>>
. Acessado em: 24 set. 2012

Figura 13 – Pátio interno da Igreja e Residência de Reis Magos, em Nova Almeida, Serra (ES).



Fonte: Loc.alize.us. Disponível em:<
<http://loc.alize.us/#/flickr:540557276>>
. Acessado em: 24 set. 2012

As urgências da cidade brasileira, da paisagem e da consolidação do conceito de paisagem cultural são questões de base para parametrização de estudo de comparação empírico no contexto deste trabalho, com objetivo de balizar a análise e construção dos espaços pátios na interface do debate entre a esfera pública e privada na fruição da cidade. Certamente este trabalho não tem o propósito de definir todos os aspectos e relações possíveis relacionadas ao tema, mas sim buscar indicações que permitam análise consistente da arquitetura com função de integradora da vida pública, em outros termos, por meio dos pátios que possam ser arquiteturas com dimensão urbana.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Leon Battista. **Da Arte Edificatória**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BLASER, Werner. **Pátios. 5000 años de evolución desde la antigüedad hasta nuestro días**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997, 2004.

- CACCIARI, Massimo. **A cidade**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009.
- CAPITEL, Antón. **La arquitectura del pátio**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005.
- CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **De outros espaços**. Texto da conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967 (publicado igualmente em *Architecture, Movement, Continuité*, 5, de 1984). Disponível em http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html (acessado em: 6 de abril de 2012).
- FUSTEL DE COULANGES, Numa. **A cidade antiga**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópoles, RJ: Vozes, 2000.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck; CARDOSO, Ricardo José Brügger. **Arquitetura e teatro. O edifício teatral de Andrea Palladio a Christian de Portzamparc**. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2010.
- LOFT. **Paisagem urbana**. Barcelona: Loft Publications, 2012.
- NESBIT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. **O que é o pátio interno? (parte 1)**. Disponível em <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.063/436> (acessados em 23 de outubro de 2011).
- _____. **O que é o pátio interno? (parte 2)**. <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.064/425> (acessados em 23 de outubro de 2011).
- SENNETT, Richard. **Carne e pedra. O Corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.
- SIMMEL, Georg. **La tragédie de la culture et autres essais**. Paris, Editions Rivages, 1988 (Tradução do francês para o português: Vladimir Bartalini, para usos exclusivo na disciplina AUP 5882 Paisagem e Arte – Intervenções Contemporâneas – 2008)
- PFEIFER, Günter e BRAUNECK, Per. **Casas-pátio**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2009.

Notas

ⁱ Este trabalho resulta de estudos desenvolvidos no âmbito do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFES, em específico da disciplina *Paisagem: métodos de análise e construção*, ministrada pela Professora Doutora Eneida Maria Souza Mendonça e da pesquisa *Arquitetura e paisagem: contributos para estudos urbanos*, com coordenação da Professora Doutora Martha Machado Campos e participação de Fabiano Vieira Dias, os dois últimos autores deste artigo. Fabiano Vieira Dias desenvolve a dissertação de mestrado intitulada *Pátios de fé e pátios de poder: uma análise tipológica; Palácio Anchieta e Igreja de Reis Magos (Espírito Santo)* no PPGAU-UFES.

ⁱⁱ Estudos italianos da arquitetura e da cidade sobre a relação tipologia arquitetônica e morfologia urbana tiveram amplo alcance durante aos anos 70 do século XX, sobretudo com a difusão teórica e prática de Aldo Rossi, talvez um dos arquitetos de maior destaque na esfera deste debate.

ⁱⁱⁱ No Estado do Espírito Santo, dois pátios de construções históricas paradigmáticas serão estudos de caso para analisar esta tipologia e suas transformações ao longo de uma linha de tempo. Os pátios do Palácio Anchieta, em Vitória-ES e da Igreja e Residência de Reis Magos, em Nova Almeida, Serra-ES são exemplares e de origens comuns – pátios de edificações religiosas jesuítas – que foram sendo reapropriados de suas funções iniciais, acompanhando a mudança de uso das edificações que conformam seus entornos, assim como de suas paisagens ao redor de modo específico, e de suas paisagens culturais de modo geral.